

O que o Governo se dispõe a conceder aos docentes?

Era de se esperar que um Governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores tivesse uma Política Salarial favorável à reposição de perdas salariais históricas e correções no Plano de Carreira dos Docentes das IFES.

O Governo Lula continuou com a Política Salarial dos governos anteriores. Desde o Governo Collor a política tem sido não reajustar os Vencimentos Básicos (VB), que quase ficaram congelados. Assim, ao longo dos anos, as perdas inflacionárias passaram a ser repostas primeiro com a criação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE), em 1992, e depois, a partir de 1998, com a criação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). As sucessivas greves foram sempre em defesa dos salários. Sem elas, a situação salarial dos docentes seria, sem dúvida, muito pior.

Hoje apenas $\frac{1}{4}$ da remuneração dos docentes é representada pelo vencimento básico. Os outros 35% são a GAE e 40% da GED. A política de criação de “novas gratificações” destruiu o Plano de Carreira dos Docentes. Houve achatamento da tabela salarial, principalmente dos docentes de menor titulação, como graduados, com aperfeiçoamento e especialistas. Houve achatamento da dos aposentados, com a criação da GED.

Na campanha salarial de 2007, o Governo se dispôs, mais uma vez, a continuar reajustando “as gratificações”, aprofundando as diferenças salariais entre ativos e aposentados, que são evidentes quando se calculam os percentuais de ganhos levando em consideração a titulação.

A retirada do Vencimento Básico do *Percentual por Titulação* é algo inaceitável. Segundo a Constituição Federal, apenas o VB é irredutível. Embora esteja prevista a incorporação da GAE ao VB, por outro lado, a *titulação* é retirada do VB. Isto é um claro retrocesso, mais um, de perda do Plano de Carreira de 1987, conquistado após longa greve.

Os reajustes propostos são abaixo da inflação para a maioria de níveis e classes. A proposta do Governo tem a clara intenção de dividir o movimento docente, dando mais para uns e menos para outros. Para graduados, especialistas e mestres em DE não haverá a reposição de perdas considerando o período 1995 até 2010. Já para doutores Adjuntos, quase empatam as perdas. Finalmente, para futuros associados 1, 2, 3 4 haveria ganhos reais. Para quem está iniciando na carreira docente a proposta do Governo pode parecer boa. Entretanto, para os que têm 15, 20, 25 ou 30 anos de serviço, ou já estão aposentados, a proposta não é boa. A entidade sindical deve zelar pelos interesses do conjunto da categoria. É isso que se espera de seus dirigentes. Por isso, a avaliação tem que ser integral. Deve se avaliado o impacto da Proposta em termos do Plano de Carreira e de reajustes salariais para o conjunto da categoria.

Nesse caso, excetuou-se a nossa reivindicação para os aposentados da carreira do 3º grau que, finalmente, terão isonomia com os docentes da ativa em relação à GED, que passará dos atuais 115 pontos para 140 pontos. Essa gratificação, no entanto, poderá voltar a ser paga diferenciadamente caso o governo regulamente a avaliação.

O que o governo dá com uma mão, retira com a outra, pois, ao propor um reajuste no valor da GED, reduzirá os índices de progressão na carreira (de 4,5% para 3%, entre níveis, e de 9% para 6%, entre classes), o que é extremamente prejudicial aos docentes que estão no início da carreira.

Para os professores da educação básica, a proposta do governo ignora a necessidade de reposições das perdas salariais e se limita a conceder reajuste por meio da criação de uma nova carreira, denominada Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a ser implementada a partir de julho deste ano. Apesar de a proposição estar incompleta, conter inconsistências numéricas e jurídicas e, ainda, gerar sérias implicações na vida funcional dos docentes, o governo tem pressa em levar adiante essas mudanças.

A proposta do governo ainda é analisada pela assessoria jurídica do ANDES-SN, que de antemão já aponta alguns prejuízos aos docentes, como a redução no índice de progressão para apenas 1,5%, entre níveis. Em alguns casos, o aumento salarial em 2008 com a nova carreira será de apenas R\$ 10,00.

Com a nova carreira proposta pelo governo, apenas um item da pauta do ANDES-SN e do SINASEFE será

atendido - incorporação da GAE no salário dos professores da educação básica ainda em 2008. No entanto, pretende fazer isso transformando, ao mesmo tempo o incentivo de titulação em gratificação e dissociando as classes da carreira da titulação, o que se contrapõe à proposta de carreira do ANDES-SN. Caso a proposta do governo venha a ser implantada, praticamente não haverá mais classes. Professores com graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado ingressarão todos no mesmo nível inicial e terão suas remunerações diferenciadas apenas por meio de gratificações. A obtenção de um título não implicará mais em promoção na carreira.

Em síntese, a proposta do Governo de 2007, que deveria ter sido implementada já em março de 2008, pretende encerrar a discussão salarial por três anos, até 2010. Até lá o cenário inflacionário é totalmente imprevisível. O petróleo já beira os US\$120 o barril, quando era US\$ 25 em 2002. Os alimentos têm uma tendência de alta mundial. Tudo isto vai se refletir em pressões inflacionárias e com isto quem perde sempre são os assalariados. Aceitar um acordo salarial por três anos sem ter a garantia real de proteção contra a inflação foi algo muito temerário por parte dos que assinaram esse acordo.

Cheque em branco para o governo por três anos, não recuperação das perdas salariais passadas, além de colocar na “bandeja” parte significativa dos ativos e aposentados da categoria, arrochando ainda mais os salários destes em favor de uma classe apenas: eis as razões fundamentais para que nosso Sindicato não assinasse o acordo, continuando na busca pela ampliação das negociações. Nenhum dirigente sindical que defende realmente a sua base poderia colocá-la em oposição entre seus pares, nem concordar com um “acordo” de cima para baixo, que retirasse ganhos de uma parcela da categoria para favorecer a ponta de cima da mesma. Ou dirigimos uma entidade defendendo o conjunto dos professores universitários, ou o sindicalismo docente estará esfacelado, colocando diferentes titulados em concorrência entre si.

Além disso, se os professores universitários já têm ganhos diferenciados por titulação, característica meritória de qualquer carreira, é de se perguntar se os índices inflacionários são diferentes para um doutor ou um recém-graduado, para um ativo ou um aposentado?

Na atual conjuntura, sabemos da dificuldade de mobilização nacional da categoria, do descrédito nos movimentos coletivos, e da busca pela saída individual para as defasagens salariais. A experiência sindical nos ensinou também que muitas vezes só a radicalização do movimento docente, através de greves, têm sensibilizado os governantes. Porém, na condição de dirigentes, também devemos ter a sensatez, sobretudo em momentos de refluxo do movimento sindical, para entender quando nossa base não sinaliza para uma paralisação. Mas, continuaremos insistindo na defesa dos interesses de TODA a categoria devido às distorções nas carreiras do ensino superior e de 1º, 2º e 3º graus que as propostas do governo promovem.

Pela valorização do vencimento básico em detrimento das gratificações!

Pela reconstrução da carreira em contraposição a fragmentação e saída individual dos docentes das IFES, dada através da nova carreira para o magistério da educação básica, técnica e tecnológica, bem como para o 1º, 2º e 3º graus!

Em defesa da Universidade pública e gratuita, sem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão!

Pelo fim da política de sucateamento da educação e por uma expansão do ensino superior público necessário ao País, com as condições de qualidade, sem interesses meramente eleitoreiros!



**DIRETORIA DA SEDUFSM 2006-2008
GESTÃO 'RESISTÊNCIA E COMPROMISSO'**